



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

[eccos@uninove.br](mailto:eccos@uninove.br)

Universidade Nove de Julho

Brasil

Guimarães, José Luiz; Frei, Fernando

Os efeitos do caráter indutor do Fundef no Estado de São Paulo: os casos dos municípios de Canitar e Pedrinhas Paulista

EccoS Revista Científica, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, 2006, pp. 329-359

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71580205>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# OS EFEITOS DO CARÁTER INDUTOR DO FUNDEF NO ESTADO DE SÃO PAULO: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE CANITAR E PEDRINHAS PAULISTA

*José Luiz Guimarães\**

*Fernando Frei\*\**

\*Professor adjunto do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras – FCL-Unesp, Assis – SP [Brasil]  
[jluiz@assis.unesp.br](mailto:jluiz@assis.unesp.br)

\*\*Assistente doutor do curso de Psicologia – FCL-Unesp, Assis – SP [Brasil]  
[ffrei@assis.unesp.br](mailto:ffrei@assis.unesp.br)

Vários estudos têm demonstrado as múltiplas implicações e as consequências decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) nas relações entre estados, municípios e a União. Neste artigo, demonstra-se como dois pequenos municípios do Estado de São Paulo – que se destaca no cenário nacional, não só pela privilegiada situação financeira, mas também por sua oferta de ensino público diferenciada –, com características socioeconômicas e portes semelhantes, adotaram posturas diferentes em relação ao Fundef e à forma como aderiram à municipalização do ensino, sujeitando-se a impactos de magnitudes diferentes. Confirmaram-se os resultados de outras pesquisas: quanto mais dependente das transferências constitucionais for o ente receptor, maior será a probabilidade e maior a intensidade de adesão à municipalização do ensino. Os dados apresentados evidenciam os riscos do financiamento da educação via fundos, especialmente quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) anuncia, como feito extraordinário, a substituição do Fundef – cujo funcionamento ainda deixa a desejar – pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

**PALAVRAS-CHAVE:** Descentralização. Financiamento da educação. Municipalização do ensino.

## 1 Introdução

Noutro lugar, assim como outros autores em momentos diferentes (MONLEVADE; FERREIRA, 1997; CASTRO, 1998; ARELARO, 1999; ARELARO; GIL, 2005; ARELARO et al., 2004; BASSI, 2001; PINTO, 1989; 1999; 2000; DAVIES, 1999), sugerimos os riscos subjacentes à implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef), nas relações entre estados, municípios e a União, em razão do padrão indiferenciado com que se insinuava, em contraposição à diversidade de condições de que os municípios dispunham para aderir à nova forma de financiamento do ensino então implantada. Muito do que apontávamos (GUIMARÃES, 1998; 1999; 2001; GUIMARÃES; PINTO, 2004) como riscos ganhou materialidade pela combinação de três conjuntos de variáveis, a saber: a heterogeneidade de condições de que dispõem os municípios para se envolverem com políticas tão impactantes; o padrão e o grau de dependência que a maioria tinha – e ainda tem – em relação às chamadas transferências constitucionais recebidas de outras instâncias de governo (Estados e União), e o grau de (ir)responsabilidade dos gestores e a ineficiência do controle social.

Neste texto, mostraremos como, mesmo num Estado como São Paulo, que se distingue dos demais por usufruir uma situação financeira privilegiada e pela grande quantidade de opções que pode oferecer em termos oferta de ensino público, dois pequenos municípios, situados numa mesma região do estado, com características históricas, culturais e econômicas semelhantes, adotaram posturas diferentes tanto em relação ao Fundef quanto à forma como aderiram à municipalização do ensino fundamental.

Evidentemente que, ao entrarmos diretamente na caracterização dos municípios e de alguns dos seus indicadores, partimos do pressuposto de que o leitor já tenha internalizado – até por exaustão da circulação do tema – uma compreensão histórica acerca da concepção, implantação e impacto do

Fundef e as novas formas de relacionamento que se instauraram entre os entes federativos, após a sua promulgação (BRASIL, 1996b).

Outra observação necessária refere-se à opção pela manutenção dos indicadores levantados à época da pesquisa, uma vez que, coletados para outros fins, talvez o mais indicado fosse a sua atualização para este artigo. No entanto, como se pretende demonstrar que, após a implantação do Fundef, o processo de municipalização do ensino fundamental em São Paulo adquiriu dinâmica própria – por seu caráter fortemente indutor –, levando administradores de municípios assemelhados a adotar posições diametralmente opostas, consideramos acertado levar em conta não somente as condições objetivas sob as quais eles operaram para chegar a tais decisões, mas também reproduzi-las. Os dados da pesquisa foram coletados em fontes oficiais e as relações que estabelecemos com eles se inserem na perspectiva metodológica dos estudos de casos comparativos, com base em inferências e análises descritivas da realidade observada.

## 2 Canitar (SP) e Pedrinhas Paulista (SP)

Os dois municípios que serão analisados neste trabalho fizeram parte da amostra de pesquisa, realizada por um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), sobre o acompanhamento da implantação do Fundef no Estado de São Paulo. Situados na região Oeste do Estado, ambos na Região Administrativa de Marília (SP), respectivamente nas Regiões de Governo de Ourinhos (SP) e de Assis (SP). Essas duas cidades foram incluídas no grupo considerado de pequeno porte – municípios com população inferior a 30 mil habitantes.

Daquela pesquisa, foi possível acumular muitas informações sobre como os municípios paulistas se posicionaram em relação à municipalização do ensino, iniciada no primeiro mandato do governador Mário Covas (1995-1998), antes mesmo de serem aprovadas a Emenda Constitucional (EMC) 14 (BRASIL, 1996a) e a Lei 9.424 (BRASIL, 1996b), que criou e regulamentou o Fundef, instrumento que passou a vigorar logo após a promulgação dos referidos diplomas legais.

Muitos dos resultados obtidos, divulgados de forma parcimoniosa, ainda estão sendo discutidos, analisados e comparados. Em decorrência de todo esse interesse, a continuidade das pesquisas, sob o formato de projetos temáticos, tem sido considerada e está sendo submetida às agências e aos órgãos de fomento para a obtenção de financiamento. Isso não diminui a relevância de outros estudos de caso, uma vez que podem vir a consolidar achados de pesquisas mais abrangentes que continuam sendo realizadas sobre o assunto.

São apresentados os números referentes à população residente e alguns indicadores de riqueza (Quadro 1), que permitem ter uma idéia das condições das quais cada um dos municípios dispunha à época da implantação do Fundef, e inferir o porquê das diferentes posturas adotadas em relação à municipalização do ensino.

## 2.1 Alguns indicadores educacionais do município de Canitar

Com base nos dados da Tabela 1, constata-se que, no período compreendido entre 1996 e 2000, houve um crescimento de 130,6% no número de matrículas no ensino fundamental municipal, em Canitar. Esse avanço foi possível, principalmente a partir de 1999, quando, por meio da municipalização, foram incorporados todos os alunos de 5ª a 8ª série desse nível de ensino, que antes estudavam na rede estadual.

Variáveis	Canitar	Pedrinhas Paulista
População residente	3.481	2.861
PIB/habitante (1996) (98 dólares)	4.424	9.934
Receita total/habitante (1997: em reais)	573	982
Imposto próprio/habitante (1997: em reais)	40	91
Receita ICMS/habitante (1999: em reais)	11,65 (1997)	8 (1997)
Investimento per capita (em reais)	103 (1996)	129 (1996)

### Quadro 1: População e indicadores de riqueza sobre Canitar e Pedrinhas Paulista

Fonte: O autor, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2003).

### Tabela 1: Evolução das matrículas municipais por nível de ensino (Canitar)

Nível de ensino	Anos					Evolução (%)
	1996	1997	1998	1999	2000	1996-2000
Educação infantil	132	156	172	229	156	18%
Ensino fundamental	366	416	412	761	844	130,6%

Fonte: O autor, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2000).

Na educação infantil, embora os dados pareçam “estranhos”, a redução ocorrida entre 1999 e 2000 (de 229 para 156 alunos) pode estar associada muito mais a uma falha no registro desses dados do que, como ocorreu em muitas localidades, ao processo de antecipação do ingresso dos alunos

– na faixa etária de 6 anos – nas primeiras séries do ensino fundamental. Tal hipótese é bastante razoável, pois, apesar de os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o ano de 2000 (156 alunos) terem resultado em apenas 18% de crescimento, entre 1996 e 2000, está-se considerando a informação prestada pela Secretária Municipal de Educação (SME) que, em entrevista, mencionou o número de 280 crianças na pré-escola, e mais 100, em creche, para 2001, o que apontaria para um crescimento atípico de 79%, na comparação com outros municípios, no mesmo período.

Na Tabela 2, pelos mesmos motivos expostos em relação à Tabela 1, em Canitar, houve uma redução de 100% na oferta do ensino fundamental pela rede estadual de ensino, o que significa dizer que apenas o ensino médio continuou existindo naquela localidade, sob a responsabilidade do Estado. Embora esse nível de ensino seja atribuição exclusiva dos governos estaduais, faz sentido o monitoramento de sua evolução, na medida em que os esperados ganhos de eficiência, decorrentes da implantação do Fundef, e as inovações pedagógicas e de gestão (classes de aceleração, os ciclos, a progressão continuada etc.) resultariam num grande aumento da demanda por aquele nível de ensino. No caso de Canitar, e a partir dos

**Tabela 2: Evolução das matrículas do ensino fundamental estadual de 5ª a 8ª série e do ensino médio (Canitar)**

Nível de ensino	Anos					Evolução (%)
	1996	1997	1998	1999	2000	1996-2000
Fundamental de 5ª a 8ª	250	328	307	0	0	-100%
Ensino médio	0	0	0	0	157	100%

Fonte: O autor, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2000).

dados da Tabela 2, não se pode considerar o aumento de 100% no número de matrículas como uma consequência natural do que havia sido descrito. Tal fato foi possível porque a administração local, quando assumiu os alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, solicitou à Secretaria Estadual de Educação – e foi prontamente atendida – a liberação de recursos para construção de um novo prédio escolar onde, atualmente, estudam os alunos do ensino médio que antes eram transportados para a vizinha cidade de Ourinhos.

## 2.2 Indicadores das finanças e do financiamento da educação em Canitar

Nesta seção, são apresentadas algumas simulações sobre como o Fundef impactou as finanças municipais de Canitar. Para garantir um mínimo de comparabilidade entre os municípios pesquisados, todos os valores financeiros foram corrigidos pelo índice Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio, para 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000 (Quadro 2):

1996	1997	1998	1999	2000
0,8045	0,8681	0,9019	1,024	1,1422

### Quadro 2: Índices utilizados para a correção dos valores financeiros

Fonte: O autor, com base em dados da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (2001, p. 54).

São apresentados dados que tratam da evolução das receitas municipais no período compreendido entre 1996 e 2000, com o objetivo de identificar os impactos provocados, ou não, pela adesão ao processo de municipalização de ensino.



O Quadro 3 deixa evidente o aumento na receita municipal, após a adesão à municipalização do ensino fundamental em 1998, com o recebimento de repasses do Fundef. Merece destaque o “salto” verificado nos valores, em 2000, quando o município assumiu todos os alunos do ensino fundamental. Por outro lado, o que se constata também é a baixa capacidade financeira do município na geração de receitas próprias, que cresceram apenas 20% contra um crescimento de 48% nas transferências no mesmo período (1996-2000).

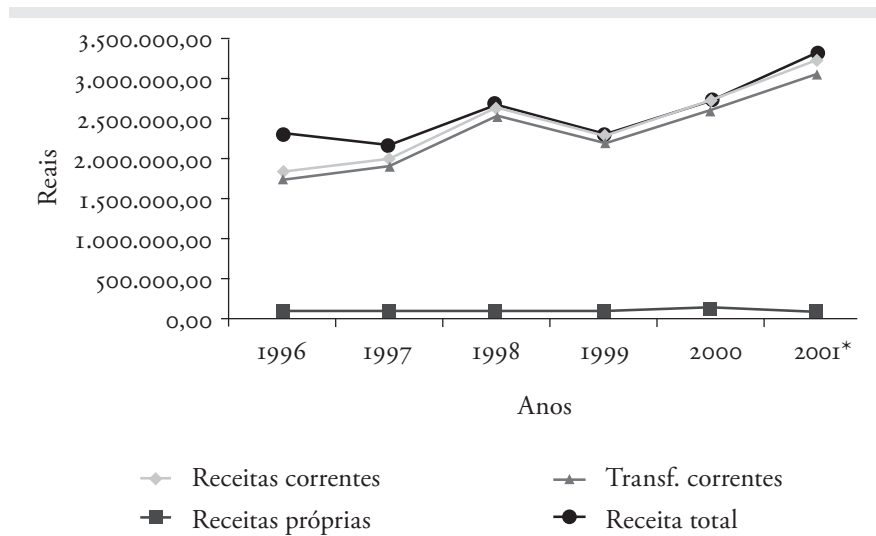
Receitas	1996	1997	1998	1999	2000
Correntes	1.856.849,01	1.999.040,47	2.630.931,09	2.292.085,01	2.723.110,69
Próprias	92.873,72	96.347,08	105.094,61	103.118,54	111.415,62
Transferências correntes	1.763.975,29	1.902.693,39	2.525.836,48	2.188.966,48	2.611.695,07
Outras receitas	455.875,69	182.340,38	13.255,87	3.906,91	13.037,01
Total	2.312.724,70	2.181.380,85	2.644.186,96	2.295.991,92	2.736.147,70

**Quadro 3: Evolução em reais das receitas (Canitar)**

Fontes: O autor, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2002).

Quando simulamos, no Gráfico 1, os valores projetados para 2001, confirma-se o impacto positivo que a adesão municipal ao Fundef proporcionou às finanças locais. Além disso, os números indicam que havia uma expectativa de aumento da receita por meio das transferências, o que demonstra a importância que elas adquiriram na composição da receita total do município.

Embora as condições e as circunstâncias de desenvolvimento locais não deixassem muitas alternativas para os gestores, tal incremento de receita pode revelar aquilo que sugerimos noutro local, isto é, a possibilidade de utilização do Fundef, pelos municípios, como fonte adicional de receita. Tal fato ocor-



**Gráfico 1: Evolução em reais das receitas pós-Fundef (Canitar)**

Fontes: O autor, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2002).

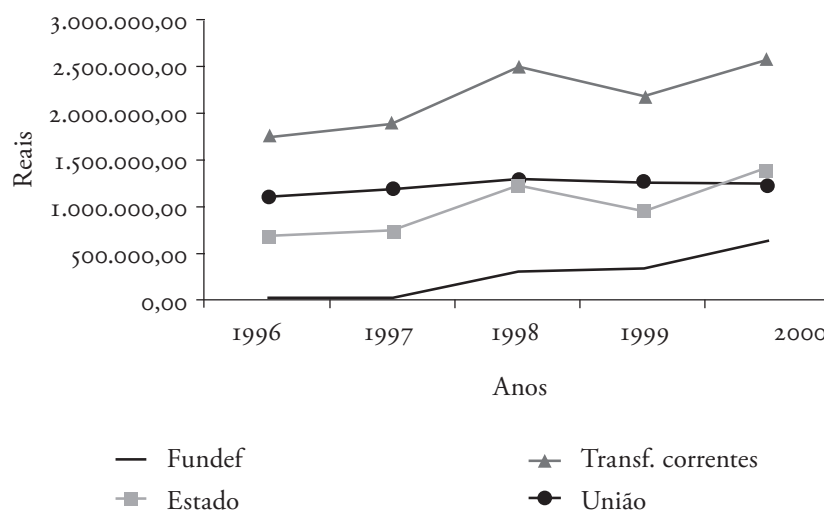
teria sempre que determinado município não alcançasse o valor *per capita* previsto para o Estado e, nessa condição, teria aquele valor complementado pelo papel redistributivo do Fundef. Nessa situação peculiar, quanto mais alunos esse município assumisse, maior seria o volume de recursos recebidos por meio do fundo, a título de complementação do valor *per capita* fixado (GUIMARÃES, 1998; 1999).

Na época da realização da pesquisa, previa-se que, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ainda em tramitação no Congresso Nacional, o fundo deixaria de existir, como estava previsto na legislação que o criou e o regulamentou.

### 2.3 A adesão ao Fundef em Canitar – alguns impactos

No Gráfico 2, é possível visualizar como os repasses do Fundef impactaram o total das receitas transferidas a partir de 1998, com desdobramentos óbvios para o orçamento geral do município. O que se constata é que, já sob o regime desse fundo, quando a administração local assumiu responsabilidades com o ensino fundamental, houve um acentuado e progressivo crescimento nos repasses recebidos até 2000.

Evidentemente, todas as observações feitas em relação às receitas e aos repasses do Fundef e o inequívoco incremento de recursos, como era de esperar, tiveram reflexos nas despesas realizadas no mesmo período. Nesse



**Gráfico 2: Evolução em reais das receitas transferidas pré e pós-Fundef (Canitar)**

Fontes: O autor, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2002).

contexto, a área de Educação e Cultura, aquela em que mais se acumulavam despesas, foi a principal beneficiada pela nova situação a partir de 1998, o que poderia ser considerado auspicioso, do ponto de vista local, e em favor do processo de municipalização, que lá se instaurou em sua plenitude.

Na Tabela 3, nota-se que a importância da área educacional, na execução orçamentária, ganha relevância a partir de 1998, resultando num crescimento progressivo até 2000.

**Tabela 3: Evolução das despesas por função (%)**

Atividades	1996	1997	1998	1999	2000
Legislativa	4,35	5,60	5,42	5,81	4,32
Administração e planejamento	19,70	21,32	15,37	16,19	14,43
Agricultura	-	2,08	1,78	1,69	1,47
Educação e cultura	30,86	30,64	41,08	42,97	50,26
Habitação e urbanismo	15,94	10,99	9,37	10,33	7,52
Saúde e saneamento	20,14	22,17	16,21	16,40	17,12
Assistência e previdência	2,02	3,07	8,60	5,02	3,48
Transportes	7,00	4,13	1,68	1,60	1,40
Total	100	100	100	100	100

Fontes: Balanços da Administração Municipal (GUIMARÃES, 2001).

Já na Tabela 4, observa-se que, no orçamento projetado para o exercício de 2001, ainda crescente, como demonstrado no Gráfico 1, estava prevista uma redução das despesas, na rubrica Educação e Cultura, aos níveis de 1998, dando pistas de que, pela estagnação – uma vez que não havia mais alunos a serem municipalizados –, a administração já estivesse considerando a impossibilidade de obter mais recursos por meio do Fundef.

**Tabela 4: Evolução das despesas com educação e cultura e demais áreas (Canitar) (%)**

Áreas de atuação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Educação e cultura	30,86	30,64	41,08	42,97	50,26	41,12
Demais áreas	69,14	69,36	58,43	57,03	49,74	58,88
Total	100	100	100	100	100	100

Fontes: Balanços da Administração Municipal (GUIMARÃES, 2001).

Conforme veremos a seguir, também nas despesas específicas da área educacional, principalmente nas de custeio – quando agregadas em grandes itens –, reflete-se a destinação de recursos do Fundef.

Embora seja possível perceber um melhor detalhamento na forma como a Administração passou a organizar sua prestação de contas, os documentos analisados não permitiram uma clara distinção entre o que seriam, por exemplo, despesas com merenda escolar, transporte de alunos e materiais escolares. Com os poucos registros acessados, realizamos algumas simulações que resultaram em valores *per capita* irrealistas. Tudo leva a crer que, pelo fato de a administração (como todas as outras) efetivamente custear essas despesas, talvez tenha prevalecido a opção de prestar contas sob a rubrica mais ampla “material de consumo”.

Os dados da Tabela 5 revelam uma obviedade, qual seja, o esperado crescimento, em maior ritmo, das despesas com pessoal, uma vez que a rede foi-se expandindo à medida que assumia mais e mais alunos do ensino fundamental. Isso demonstra uma situação instigante, porque desmente as veleidades que se poderiam anunciar quanto aos ganhos materiais que os alunos obtiveram sob os auspícios do Fundef. Verificou-se um crescimento progressivo das despesas com pessoal, na comparação com outros gastos da SME; em compensação, reduziram-se as despesas com material de consumo (em que,

**Tabela 5: Evolução das despesas de custeio com a SME de Canitar (SP) (%)**

Despesas	1996	1997	1998	1999	2000
Pessoal	29,95	50,16	48,94	57,09	61,99
Material de consumo	43,28	32,01	33,72	31,66	25,85
Serviços terceirizados e encargos	26,77	17,84	17,34	11,25	12,15
Total	100	100	100	100	100

Fontes: Balanços da Administração Municipal (GUIMARÃES, 2001).

supomos, estejam incluídos merenda escolar e materiais didático-pedagógicos) e serviços de terceiros e encargos.

Sem excluir a possibilidade de que tenha havido problemas com as formas de registros da administração municipal, o que fica evidente é que, paralelamente ao aumento paulatino do número de alunos, o município começou a gastar menos com material de consumo. Caso se confirme o que pode ter ocorrido em Canitar e fique estabelecido que essa economia, constatada na região, não é decorrente de uma eficiência administrativa pós-Fundef – que teria como principal característica controlar as despesas com maior eficiência –, pode-se projetar, para outros municípios, a mesma situação, resultando naquilo que mais temem os opositores da municipalização do ensino: a queda na qualidade dos serviços.

Finalizando esta seção do texto, podemos concluir que alguns aspectos do que foi observado em Canitar podem servir de parâmetros para outras análises e estudos comparativos, entre os quais os seguintes:

- A partir de 1998, após a adesão à municipalização do ensino fundamental, os municípios passaram a receber repasses do Fundef, atingindo seu

ápice em 2000, quando a municipalidade assumiu todos os alunos de ensino fundamental;

- A baixa capacidade financeira do município (baixa receita própria) magnificou o impacto positivo sobre as finanças locais (após a adesão municipal ao Fundef) e resultou numa expectativa de receita, decorrente das transferências consideradas de essencial importância na composição das receitas totais do município;
- Claramente, embora as condições e circunstâncias de desenvolvimento locais não deixassem muitas alternativas para os gestores, tal incremento de receita pode revelar a possibilidade de utilização desse fundo pelos municípios, como fonte adicional de receita.

## 2.4 Alguns indicadores educacionais (Pedrinhas Paulista)

A partir dos dados da Tabela 6, constata-se que, no período compreendido entre 1996 e 2000, houve crescimento de 100% no número de matrículas do ensino fundamental municipal em Pedrinhas Paulista. Em 1997, o município assumiu, via municipalização, todos os alunos de 1ª a 4ª série desse nível de ensino, que antes estudavam na rede estadual. Após a municipalização do

**Tabela 6: Evolução das matrículas municipais por nível de ensino (Pedrinhas Paulista)**

Nível de ensino	Anos					Evolução (%)
	1996	1997	1998	1999	2000	1996-2000
Educação Infantil	101	132	120	127	104	0,03%
Ensino Fundamental	0	274	254	231	223	100%

Fonte: O autor, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2000).

ensino, os dados de matrículas revelaram uma situação paradoxal: verificou-se que houve redução de 19% – de 274 alunos, em 1997, para 223, em 2000.

Na educação infantil, ocorreu uma estabilização das matrículas entre 1996 e 2000 e, igualmente ao que aconteceu com as matrículas do ensino fundamental após a municipalização, houve uma redução de 21% (de 132, em 1997, para 104, em 2000).

Na Tabela 7, verifica-se que, com a assunção de todos os alunos de 1ª a 4ª série, houve redução de 100% na oferta do ensino fundamental, para essas séries, pela rede estadual de ensino. Já em relação ao ensino fundamental de 5ª a 8ª série, ainda sob responsabilidade do Estado, houve um crescimento de 11%. Dessa forma, pode-se dizer que, descontados os alunos de 1ª a 4ª série, assumidos pelo município, a participação da rede estadual na oferta do ensino fundamental, em Pedrinhas Paulista, foi reduzida em 45%.

No caso de Pedrinhas Paulista, ainda com base nos dados da Tabela 7, considerando o fato de ter havido um crescimento de 11% no número de matrículas no ensino fundamental de 5ª a 8ª série, poder-se-ia especular que esse ganho se deveu, em parte, àquele aumento e à retomada dos estudos por

**Tabela 7: Evolução das matrículas do ensino fundamental e médio da rede estadual (Pedrinhas Paulista)**

Nível de ensino	Anos					Evolução (%)
	1996	1997	1998	1999	2000	1996-2000
Fundamental de 1ª a 4ª	276	–	–	–	–	-100%
Fundamental de 5ª a 8ª	220	244	269	268	272	11%
Ensino médio	110	118	105	147	171	55%

Fonte: O autor, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2000).



alunos que se haviam evadido, sinalizando uma tendência que, sistematicamente, se verifica em toda a rede estadual.

## 2.5 Indicadores das finanças e do financiamento da educação em Pedrinhas Paulista

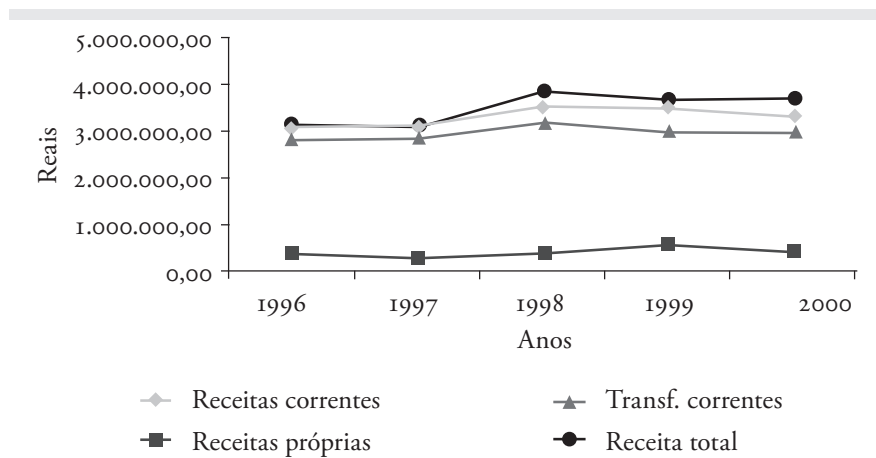
Com base nos dados da Tabela 8, percebe-se que houve um ganho relativo de receita, via transferências, a partir de 1998, quando o município passou a receber recursos do Fundef. Outro dado interessante, mas que artificializa as comparações a seguir, é o fato de, em 1999, ter ocorrido um crescimento significativo nas receitas próprias. Em 2000, os valores dessa rubrica retornaram aos patamares dos anos anteriores.

Quanto à pequena redução de repasses, via fundo, e que resultou no perfil equilibrado e de baixa variação das receitas transferidas, conforme se observa no Gráfico 3, acreditamos que isso possa ser atribuído à postura de absoluto comedimento da administração municipal em relação ao número de

**Tabela 8: Evolução em reais das receitas (Pedrinhas Paulista)**

Receitas	1996	1997	1998	1999	2000
Correntes	3.078.704,72	3.107.744,71	3.487.287,43	3.516.884,70	3.339.198,98
Próprias	335.490,43	291.557,18	335.313,53	567.696,39	387.124,96
Transferências correntes	2.743.214,29	2.816.187,52	3.151.973,90	2.949.188,31	2.952.074,02
Outras receitas	59.664,39	34.558,24	353.892,73	152.314,90	348.469,90
Total	3.138.369,11	3.142.302,94	3.841.180,16	3.669.199,60	3.687.668,88

Fontes: O autor, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2002).



**Gráfico 3: Evolução em reais das receitas pós-Fundef (Pedrinhas Paulista)**

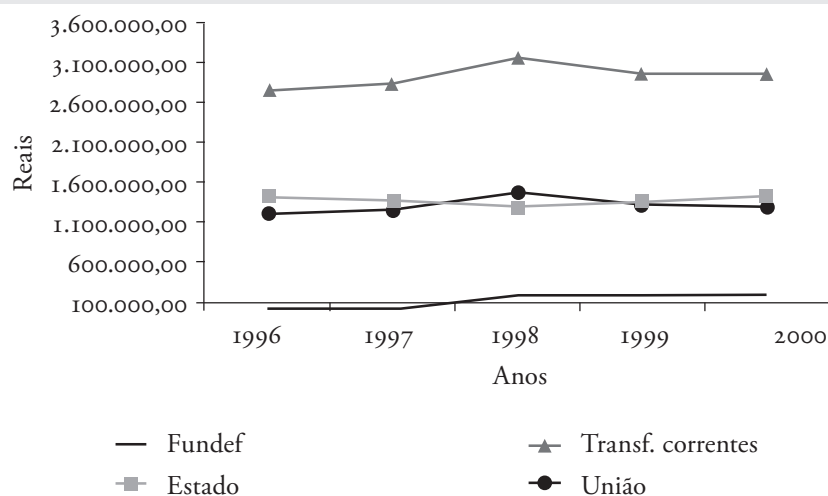
Fontes: O autor, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2002).

alunos do ensino fundamental sob sua responsabilidade, em decorrência da municipalização.

Embora tenha havido acréscimo de receita após o Fundef, ele foi insignificante, pois, durante o período compreendido entre 1996 e 2000, as receitas transferidas, nas quais se incluem os valores desse fundo, cresceram apenas 6,19%, contra 15,39% das receitas próprias. Tal fato revela, ao mesmo tempo, um certo esforço do município em relação às fontes de receitas próprias; menor dependência das transferências, se comparada à da maioria dos municípios, e uma atitude bastante prudente no que se refere ao número de alunos de ensino fundamental que se dispôs a manter, com o intuito de evitar dificuldades futuras com a extinção do Fundef, conforme admitiu a SME, em entrevista.

## 2.6 A adesão ao Fundef em Pedrinha Paulista – alguns impactos

Os dados do Gráfico 4 revelam que, a partir de 1998, o impacto do Fundef não foi tão significativo para as finanças de Pedrinhas Paulista quanto para outros municípios do mesmo porte. Tal situação é decorrente da postura comedida que a administração municipal adotou em relação à municipalização do ensino, o que, por sua vez, só foi possível por meio do peso significativo representado pelas transferências recebidas do Estado e da União, independentemente das retenções realizadas pelo fundo. Com isso, tornou-se menos dependente dos seus repasses e em boas condições para administrar a nova situação.



**Gráfico 4: Evolução em reais das receitas transferidas pré e pós-Fundef (Pedrinhas Paulista)**

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (2002); (GUIMARÃES, 2001).

Todas as observações feitas em relação às receitas e aos repasses do Fundef, nas páginas anteriores, estão refletidas nas despesas realizadas no mesmo período. Assim, a área da Educação e Cultura, desde 1996, era aquela em que mais se empenhavam despesas, seguida de perto pelas áreas de Administração e Planejamento e Saúde e Saneamento. Outro dado curioso, mais bem discutido à frente, é o fato de que, a despeito de o fundo ter acrescentado pouco às finanças do município e ao financiamento da educação, foi por meio de sua implantação no município que cresceu a participação percentual das despesas educacionais, na comparação com as demais áreas. Isso pode indicar duas possibilidades relacionadas entre si: a primeira seria um aperfeiçoamento nos registros contábeis, e a segunda, a sugestão de que, mesmo para municípios que tenham adotado posturas mais comedidas no que se refere ao número de alunos absorvidos no ensino fundamental, após essa decisão, houve necessidade de investimentos substanciais na área educacional.

Os dados da Tabela 9 confirmam o que havia sido apontado sobre o progressivo comprometimento da administração municipal com a educação, entre 1996 e 2000, comparativamente às demais áreas da Administração. Entretanto, espera-se que a redução de quase 2%, verificada em 2000, em relação ao ano anterior, tenha sido apenas uma ocorrência episódica, e não uma tendência.

Quando agregados em grandes itens, conforme se observa no Quadro 4, os números refletem, com clareza, que a tentativa de desenvolvimento de uma política de “sintonia fina”, pela administração local, cuja evidência maior foi a decisão de envolver-se com o ensino fundamental de forma mais prudente, resultou numa forte contenção nas despesas com custeio.

O que se observa é que as despesas de custeio se mantiveram, praticamente, congeladas, ou em valores muito próximos aos dos anos anteriores ao Fundef e depois de sua implantação, quando a Administração passou a custear, além da educação infantil e outros programas que mantinha, os alunos de 1ª a 4ª série de uma escola estadual municipalizada.

**Tabela 9: Evolução das despesas por função (Pedrinhas Paulista) (%)**

Função	1996	1997	1998	1999	2000
Legislativa	4,4	7,0	6,0	5,0	4,7
Administração e planejamento	26,5	21,0	21,0	23,0	16,2
Agricultura	—	—	0,6	0,7	3,3
Educação e cultura	27,2	28,8	34,3	36,8	35,0
Habitação e urbanismo	10,4	10,7	5,7	7,1	12,7
Saúde e saneamento	21,3	19,4	21,3	17,3	19,2
Assistência e previdência	7,2	10,0	9,2	7,7	6,0
Transportes	3,0	3,2	1,8	2,4	2,8
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Balanços da Administração Municipal (GUIMARÃES, 2001).

Despesas	1996	1997	1998	1999	2000
Correntes	686.623,38	704.564,95	1.086.286,35	1.038.011,50	1.105.616,42
Custeio	659.156,43	652.040,29	693.515,07	660.972,11	716.558,39
Transf. Intergov.	—	—	357.139,28	347.884,87	357.539,91
Investimentos	91.578,12	62.614,42	45.872,54	72.108,64	62.447,17
Totais	778.201,50	767.179,37	1.132.158,89	1.110.120,14	1.168.063,60

**Quadro 4: Evolução em reais das despesas com a SME (Pedrinhas Paulista)**

Fonte: Balanços da Administração Municipal (GUIMARÃES, 2001).

Uma explicação possível, e que certamente faria a alegria dos defensores do modelo atual de financiamento, seria o ganho de eficiência no sistema que, após o Fundef, com mais alunos e com encargos e níveis de complexidade ainda maiores, continuou a ser administrado com o mesmo volume de recursos e qualidade. Em contrapartida, e em síntese, isso equivaleria a dizer que havia pouca parcimônia com esses gastos no período anterior à vigência do fundo.

É mais plausível acreditar que os recursos transferidos do Fundef foram utilizados apenas porque se optou pela municipalização dos alunos de 1ª a 4ª série, do que crer que eles estivessem fazendo falta ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, o que impediria que se realizasse uma expansão nesse tipo de despesa, no mínimo, proporcional ao crescimento do número de alunos atendidos.

Tal como mencionamos em relação ao município de Canitar, também pudemos perceber um melhor detalhamento na forma como a Administração passou organizar a sua prestação de contas, principalmente a partir de 1998, com vistas a atender à legislação que regulamenta o Fundef. Talvez pelo fato de ser menos dependente daqueles recursos e de ter optado por conciliar a manutenção das atividades de educação infantil com as quatro primeiras séries do ensino fundamental, repassando (perdendo) quantias consideráveis para o fundo, não tenha havido preocupação com distinções mais refinadas na caracterização das despesas realizadas, exceto no que concerne àquelas realizadas com recursos do fundo.

De maneira geral, o que esses números da Tabela 10 revelam, de forma cristalina, é o esforço a que se submetem (e, ao mesmo tempo, as dificuldades que podem estar impondo aos seus programas educacionais) certas administrações, ao tentarem conciliar a oferta dos serviços educacionais que já mantinham com os novos que tiveram de assumir após o Fundef.

Em relação à cidade de Pedrinhas Paulista, em que pesem os riscos de conclusões categóricas em estudos desse tipo, os resultados levam a algumas constatações, das quais destacamos as seguintes:

**Tabela 10: Evolução das despesas de custeio com a SME (Pedrinhas Paulista) (%)**

Despesas	1996	1997	1998	1999	2000
Pessoal	28,63	34,11	29,52	29,93	34,52
Material de consumo	22,93	21,14	15,33	17,50	17,43
Serviços terceirizados e encargos	33,14	29,75	16,40	9,80	8,18
Outras despesas	15,30	15,01	38,74	42,77	39,86
Totais	100	100	100	100	100

Fonte: Balanços da Administração Municipal (GUIMARÃES, 2001).

- As despesas com pessoal cresceram pouco de 1996 a 1997, reduziram-se entre 1998 e 1999 para retornarem, em 2000, ao patamar de 1997, além de os professores não terem obtido reajustes no período – o que foi informado pela SME, em entrevista. Outra justificativa seria o fato de um número considerável de professores do ensino fundamental pertencer à rede estadual, que lhes pagava o salário. Segundo a Secretaria, os custos com as novas contratações, motivadas por aposentadorias ou transferências do pessoal ligado à Secretaria Estadual, foram absorvidos sem grandes impactos, em decorrência da não-expansão da rede;
- A alta participação das despesas com serviços de terceiros e encargos, de maneira geral, pode estar associada à contabilização das despesas com transporte de alunos e sua paulatina redução, a partir de 1996, e às mudanças na forma de contratação de pessoal, antes feita a título precário e como prestadores de serviços – as pessoas tinham de submeter-se a processos de seleção pública, sendo incorporadas à folha de pagamento, sob nova rubrica;

- Finalmente, registrou-se um crescimento acentuado no item “Outras Despesas”, exatamente quando a administração passa a ter retida, no Fundef, parte considerável das receitas que viria a receber via transferências.

Sem excluir a possibilidade de que haja problemas com as formas de registros da administração municipal, o que fica evidente é que, ao mesmo tempo que houve incorporação de novos alunos na sua rede, verificou-se uma pequena evolução nas despesas com pessoal e com material de consumo, o que é surpreendente, mesmo quando se considera que existiu redução no número total de alunos.

A se confirmar, o que parece ter ocorrido em Pedrinhas Paulista pode ser indício de que é possível a outros municípios, pela adoção de procedimentos rigorosos de contenção de despesas, provocar a queda na qualidade dos serviços e, mais grave ainda, a redução deliberada na oferta de vagas, o que não foi o caso.

### 3 Algumas tendências gerais detectadas

Além das considerações sobre as tendências relacionadas à evolução das receitas, das despesas e dos impactos do Fundef nas finanças dos municípios de Canitar e Pedrinhas Paulista, este trabalho apresenta, a seguir, outros aspectos mais específicos, com o objetivo de relacioná-los aos resultados obtidos nos outros municípios paulistas que compuseram a amostra geral da pesquisa “Acompanhamento da Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Estado de São Paulo: 1996-2000”, desenvolvida com recursos da Fapesp (FAPESP, 2001).



A previsão de que a implantação do Fundef seria, no caso específico do Estado de São Paulo, indutora do processo de municipalização do Ensino Fundamental, com conseqüências imediatas, efetivamente se materializou.

A análise preliminar dos indicadores educacionais, de 1996 a 1999, dos Municípios estudados possibilitou o estabelecimento de quatro tendências (Quadro 5):

Tendências	Descrição das tendências
1	Diminuição do número de matrículas no Ensino Fundamental da Rede Estadual
2	Aumento do número de matrículas no Ensino Fundamental da Rede Municipal
3	Aumento do número de matrículas na Pré-escola
4	Aumento do número de matrículas no Ensino Médio da Rede Estadual

#### **Quadro 5: Tendências gerais detectadas para o conjunto dos municípios**

Fonte: Relatório Final da pesquisa Acompanhamento da Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Estado de São Paulo. (FAPESP, 2001; GUIMARÃES, 2001).

Estabelecidas tais tendências, verificaram-se suas ocorrências, ou não, em cada um dos Municípios e no Estado de São Paulo. As tendências 1, 2 e 4 foram confirmadas na maioria deles e sofreram grandes mudanças a partir de 1998, ano de implantação do Fundef.

Isso indica que houve uma adaptação das redes de ensino às exigências do Fundef para liberação das verbas retidas no fundo, confirmando seu caráter indutor à municipalização.

As tendências 1, 2 e 4, manifestadas, em sua maioria, simultaneamente, estão intimamente relacionadas. Como o Fundef só destina verbas de acor-

do com o número de matrículas no Ensino Fundamental regular das redes públicas, os municípios optaram por remanejar suas ofertas de matrícula, promovendo a municipalização do ensino fundamental, que pode ser constatada pelo fluxo de alunos desse nível de ensino da rede estadual para a rede municipal, pela concentração do ensino médio na rede estadual, transferido, muitas vezes, da rede municipal. Dessa forma, o município fica responsável, prioritariamente, pela pré-escola e pelo ensino fundamental e, com isso, apto para captar mais verbas desse fundo.

Em relação aos municípios de Canitar e Pedrinhas Paulista, conforme se observa na Tabela 11, em que estão indicados os números relativos à evolução do número de matrículas, pode-se constatar que, a despeito das características de desenvolvimento e das peculiaridades locais, algumas daquelas tendências verificadas no conjunto dos municípios paulistas também se fizeram presentes.

**Tabela 11: Evolução de matrículas no ensino público entre 1996-2000 (Canitar e Pedrinhas Paulista) (%)**

Modalidade de ensino	Canitar	Pedrinhas Paulista
Educação infantil municipal	18	0,03
Ensino fundamental municipal	130,6	45
Ensino fundamental estadual (1ª a 4ª)	(100)	-100
Ensino fundamental estadual (5ª a 8ª)	(100)	11
Ensino médio estadual	100	55

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2000); (GUIMARÃES, 2001).

- Ressalvados os problemas com o número de alunos considerado, houve aumento de 18% nas matrículas de Educação Infantil Municipal, em Canitar (tendência 3);

- Em Pedrinhas Paulista, mesmo considerando a informação de que a administração municipal já repassava recursos para uma entidade filantrópica local que também atendia a essa faixa etária, houve um retorno ao número de 1996, após ter ocorrido redução de 21% (de 132, em 1997, para 104, em 2000) (tendência 3);
- Houve aumento nas matrículas do Ensino Fundamental Municipal (130,6%, em Canitar, e 45%, em Pedrinhas Paulista) (tendência 2). Entretanto, em Pedrinhas Paulista, houve redução do número de matrículas de 1ª a 4ª série, desde 1997, quando ocorreu a municipalização (274, 254, 231 e 223), o que representa 19% no período e uma particularidade que esperamos não se converta numa tendência;
- As matrículas do Ensino Fundamental da Rede Estadual foram extintas em Canitar e representam apenas 11% do total, em Pedrinhas Paulista) (tendência 1);
- Especificamente no caso de Pedrinhas Paulista, as matrículas do Ensino Fundamental da Rede Estadual ficaram reduzidas apenas ao número de alunos de 5ª a 8ª série, o que representa 55% dos estudantes desse nível de ensino. Entretanto, esse número cresceu 11% no período (tendência 1);
- O fato de não constarem matrículas no Ensino Médio na Rede Estadual, em Canitar, para os anos de 1997, 1998 e 1999, deve-se, à época, à situação peculiar de município recém-emancipado, que levou os alunos daquele nível de ensino a continuar o ensino médio no município vizinho de Ourinhos. Isso explica o aumento de 100% nesse nível de ensino na rede estadual (tendência 4), embora, nesse caso, o tamanho do crescimento deva ser relativizado;
- Em Pedrinhas Paulista, também houve crescimento das matrículas no ensino médio (55%) (tendência 4).

## 4 Considerações finais

Na maioria dos casos estudados e nas entrevistas com os responsáveis pela Administração Municipal de Canitar, ficou evidente a prevalência do critério financeiro sobre qualquer outro, na adesão à municipalização do ensino. Se isso pode ser atenuado pelo fato de a Administração ter assumido alunos de ensino fundamental (1ª a 4ª série), mesmo antes de o Fundef ser implantado, pode, em contrapartida, ser contraditado pela forma imprudente com que o fez também em relação ao alunado de 5ª a 8ª série, aparentemente visando a incrementar as receitas municipais.

Diferentemente, nas entrevistas com os responsáveis pela Administração Municipal de Pedrinhas Paulista, evidenciou-se que a administração local não se deixou seduzir pela possibilidade de recursos “fartos” do Fundef; ao contrário, adotou uma política mais comedida, para não comprometer o equilíbrio financeiro da Secretaria Municipal de Educação e da própria Administração, o que se materializou pela assunção apenas do alunado de 1ª a 4ª, passível de ser mantido com recursos próprios quando ocorrer a extinção do fundo.

Alguns dos aspectos apontados neste artigo sugerem o grau de dificuldade que as administrações municipais têm enfrentado para se ajustar ao novo formato de financiamento da educação, via fundos, num momento que ele parece consolidar-se, com aprovação do Fundeb, pelo Congresso Nacional. Esse novo fundo que ainda será regulamentado é uma versão ampliada – e melhorada – do Fundef, no que se refere à sua abrangência, montante de recursos previstos e expectativas suscitadas. Mas isso já seria objeto de outro texto.

### THE EFFECTS OF FUNDEF INDUCTIVE CHARACTER IN SÃO PAULO STATE: A CASE STUDY ABOUT CANITAR AND PEDRINHAS PAULISTA CITIES

Several studies have demonstrated the multiple implications and the resulting consequences of the implantation of Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (Maintenance and Development resources for Basic Education and Teaching Valorization) in the relations between states, cities and the country. It is shown in this article that even in the Sao Paulo State which stands out for its financial situation and offering differentiated public education, two small towns, located in the same area, with social and economics characteristics and similar sizes, adopted different ways related to Fundef and to the form they joined to make educational municipal, submitting different amplitudes. The results of another research were confirmed as the largest adhesion probability and in a more way accentuated to the educational municipal of the teaching by the more dependent of the constitutional transferences. The presented data evidence the risks of the financing of the education through bottoms, especially, when the Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Minister of Education and Culture) announces, as done extraordinary, the substitution of Fundef for Fundeb.

**KEY WORDS:** Decentralization. Financing of the Education. Municipalization of the teaching.

### Referências

- ARELARO, L. R. G. et al. Passando a limpo o financiamento da educação nacional: algumas considerações. *Revista da USP*, São Paulo, v.1, n. 32, p. 30-42, 2004.
- ARELARO, L. R. G. Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento. Balanço do primeiro ano do Fundef: relatório MEC. In: DOURADO, L. F. *Financiamento da educação básica*. 1. ed. Campinas/Goiânia: Autores Associados/UFG, 1999. p. 7-46.

ARELARO, L. R. G.; GIL, J. C. Política de fundos na educação: duas posições. In: LIMA, M. J. R.; ALMEIDA, M. do R. de. DIDONET, V. (Org.). *Fundeb: dilemas e perspectivas*. 1. ed. Brasília: Editora Independente, 2005. v. 1, p. 53-65.

BASSI, M. E. *Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do Fundef em sete municípios paulistas*. 2001. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias*. Brasília: 1996a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2006.

BRASIL. *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências*. Brasília: 1996d. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9424.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

CANITAR (Município). Prefeitura Municipal de Canitar. *Balanço Anual*, 1996; 1997; 1998; 1999 e 2000. Canitar, 2000. (Mimeo).

CASTRO, J. A. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef) e seu impacto no financiamento do ensino fundamental. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 604, 1998.

DAVIES, N. *O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FAPESP. Relatório científico final da pesquisa “Acompanhamento da implantação do FUNDEF no Estado de São Paulo”. Processo FAPESP 1999/00935-0, 09/2001. 2001. 300 p. (Mimeo).

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. *Indicadores Diesp*, São Paulo, v. 10, n. 82, p. 1-59, 2001. Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/indicadoresdiesp/download/ind82.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Informações dos municípios paulistas*. São Paulo: Seade, 2003. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>>. Acesso em: 3 mar. 2006.

*EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 329-359, jul./dez. 2006.

GUIMARÃES, J. L. *A municipalização do ensino fundamental e o impacto da Emenda constitucional nº 14 sobre os municípios paulistas*. 1998. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 1998.

GUIMARÃES, J. L. Alguns impactos do Fundef: Apontamentos e incertezas após a sua implantação. In: MARTINS, A. M; OLIVEIRA, C. e BUENO, M. S. S. (Org.). *Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Anpae/DP&A, 2004. p. 193-210.

GUIMARÃES, J. L. As vulnerabilidades do Fundef: conjecturas a partir da sua implantação em São Paulo. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. da (Org.). *Formação de educadores e formação profissional*. 1. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999. v. 3. p. 46-63.

GUIMARÃES, J. L. PINTO, J. M. R. A demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para seu financiamento. *Em Aberto*, Brasília, v. 18, n. 74, p. 12-105, 2001.

GUIMARÃES, J. L. Relatório Técnico Final do Projeto de Pesquisa “Estudos de Acompanhamento da Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério nos Municípios de Canitar e Pedrinhas Paulista”, 2001. 67 p. (Mimeo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico e contagem da população*. Brasília: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 8 dez. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo escolar. Sinopse Estatística da Educação Básica*. Brasília: Inep, 2000. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/basica/sinopse2000.xls>>. Acesso em: 3 jun. 2006.

MONLEVADE, J.; FERREIRA, E. B. *O Fundef e seus pecados capitais*. 1. ed. Ceilândia: Idea, 1997.

PEDRINHAS PAULISTA (Município). Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulistas. *Balanço Anual*, 1996; 1997; 1998; 1999 e 2000. Pedrinhas Paulista, 2000. (Mimeo).

PINTO, J. M. de R. *As implicações financeiras da municipalização do ensino de primeiro grau*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

PINTO, J. M. de R. *Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas*. 1. ed. Brasília: Plano, 2000.

PINTO, J. M. de R. Um fundinho chamado fundão. In: DOURADO, L. F. (Org.). *Financiamento da educação básica*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 1999, v. 1. p. 85-98.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Estados e municípios. Transferências constitucionais*. Brasília: Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)>. Acesso: 5 mar. 2002.

Recebido em 1º jun. 2006 / aprovado em 22 ago. 2006.

#### **Para referenciar este texto**

GUIMARÃES, J. L.; FREI, F. Os efeitos do caráter indutor do Fundef no Estado de São Paulo: os casos dos municípios de Canitar e Pedrinhas Paulista. *EccoS*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 329-359, jul./dez. 2006.